

# O VESTIBULAR E A PROVA DE REDAÇÃO: mais concordâncias, menos controvérsias

MARIA THEREZA FRAGA ROCCO<sup>1</sup>

*"Só estará na sala de aula o que estiver no vestibular. Isto dá ao vestibular um incrível poder e responsabilidade."*

*"A presença ou ausência de certas coisas no vestibular não pode apenas prender-se a critérios de fidedignidade das provas. Por exemplo, a redação no vestibular justifica-se por levar as escolas a devotarem mais tempo e esforço a fazerem os alunos escrever. É até possível que o processo de seleção não seja aperfeiçoado pela redação. Mas, mesmo que haja queda na fidedignidade do processo, o outro objetivo o justifica."*

*Moura e Castro, C.*

*"Sua Excelência, o Vestibular". Educação e Seleção, São Paulo, nº 13, Fundação Carlos Chagas, 1981, p. 8 e 16, respectivamente.*

Discutir vestibular constitui-se em exercício exaustivo e limitador, a um só tempo, já que de pronto se percebe a impossibilidade de esgotar temática tão importante, tendo em vista as inúmeras interfaces que a compõem, bem como a multiplicidade de abordagens, raramente pacíficas, que a questão suscita e comporta.

Por força de formação e carreira acadêmicas, há quase vinte anos venho me dedicando aos estudos de linguagem e realizando pesquisas sobre a

---

<sup>1</sup> Professora na Faculdade de Educação da USP.

produção escrita de adolescentes, jovens e adultos, em variados graus de escolaridade, e realizada em diferentes situações de produção, em especial naquelas de exame vestibular. Tal trabalho, enfim, preocupa-se com o produto escrito que comumente se convencionou chamar de *redação*.

Antes, porém, de me deter sobre a problemática da redação, seu papel e importância em vestibulares, gostaria de encaminhar algumas considerações de ordem mais geral.

Um primeiro tópico refere-se ao vestibular, visto enquanto intrincado e complexo mecanismo de seleção. Embora seja possível defini-lo teoricamente e com clareza em suas especificidades, finalidades e objetivos principais, dificilmente, porém, se consegue, na prática, descrevê-lo satisfatoriamente dentro dos limites impostos pela interferência dessas interfaces plurais e que acabam por se tornar constitutivas do próprio processo.

Trata-se daquelas feições e funções que o vestibular incorpora e exerce, acabando por ampliar, para além do limite teórico previsto, seus efeitos e alcance. E se, teoricamente, é fácil concordar, por exemplo, sobre qual deva ser sua finalidade primeira – a de seleção – nem por isso se pode deixar de reconhecer como legítimas aquelas outras funções de que o processo seletivo se apropria e que passa a desenvolver com grande vigor e forte independência.

Por certo, não é finalidade básica de vestibulares regular e sanear o ensino de graus anteriores à universidade; não cabe aos vestibulares servir de antídoto aos males de que padecem o 1º e 2º graus. Pensar que o vestibular deva ter como obrigação a melhoria desses graus anteriores de ensino, consiste em reduzir sua dimensão seletiva, privilegiando-se apenas o caráter funcionalista do processo.

Analisando, porém, as características da nossa realidade escolar, sobretudo a de 2º grau, torna-se impossível negar e desconhecer o alto nível de influência que o vestibular exerce sobre o ensino.

Não é momento, nem intenção discutir aqui a questão ética ligada a eventuais desvios de fundamentos filosóficos que possam subjazer a tal fato. Sob uma ótica de natureza mais empírica e que resulta de análise atenta da realidade educacional de 1º e 2º graus que vem se desenhando nos últimos dez ou doze anos, conclui-se por essa inegável influência exercida pelos vestibulares sobre os graus anteriores de escolaridade.

Constata-se que o vestibular, quer se queira, quer não, vem se transformando em um *imperativo categórico* a nortear o ensino – seja quanto à seleção dos conteúdos tratados, seja quanto ao próprio encaminhamento técnico-pedagógico do tratamento de tais conteúdos, seja, ainda, no tocante à feição e orientação do material didático que se utiliza nas escolas.

Importante repetir e reforçar: não é nossa função, nem objetivo, neste momento, fazer uma reflexão específica – não que não seja importante e necessária – sobre o que representam tais questões para a escola, para o ensino.

O que, em verdade, se está procurando é descrever, retratar e analisar uma situação de fato que não deve nem pode ser ignorada.

Algumas poucas interpretações existem, **no entanto**, e que vêm negando a força das evidências, vêm negando peremptoriamente **que os vestibulares exerçam qualquer influência, por exemplo, sobre o 2º grau**, argumentando, até com justiça, **que a situação do ensino público continua** a mesma de uma década atrás, já que não foram alocados recursos financeiros, nem demonstrada vontade política que visasse à melhoria da escola.

No entanto, mesmo reconhecendo como verdadeiro o argumento de que a escola não vem sendo contemplada com projeto de melhoria e nem verbas, seja na década de 80, ou nesta de 90, que já avança, nada autoriza aceitar que tudo tenha permanecido como era antes. Acreditar nisso seria encampar uma posição antihistórica e anticientífica, atrelada a uma crença inaceitável de imobilismo educacional que, de resto, não se verifica.

Se continuam ruins as condições econômicas, se continua a inexistir a referida e necessária vontade política para melhoria da escola, verifica-se, no entanto, que o 2º grau, apesar de tudo, vem sendo mobilizado e tem apresentado até mesmo alguns pequenos progressos, por força de uma imperativa vontade social da parcela (pequena, é verdade) daqueles indivíduos que, concluindo o 2º grau, têm como meta inalienável de suas vidas, o ingresso na universidade.

Recente pesquisa, de caráter exploratório, datada de 1991 e conduzida por Heraldo Marelim Vianna<sup>2</sup>, investigou alunos de 3ª série do 2º grau, residentes em São Paulo, Fortaleza e Curitiba, levantando aspectos dos mais significativos e que reforçam indícios dessa dinâmica, imposta ao 2º grau por força da exigência dos estudantes e do próprio grupo social. O pesquisador relata, com pertinência, a dificuldade que teve para manter contato com esses alunos, visto não aceitarem que houvesse qualquer suspensão de aulas, face à proximidade do vestibular.

Observa, ainda, Heraldo Marelim Vianna, que, entre a população estudada, a escola pública predominou como estabelecimento de origem, tanto no 1º quanto no 2º grau, sendo que, no 2º grau, 73% dos alunos provinham desses estabelecimentos públicos. E mais: que nesse grupo, 86% dos estudantes declararam não frequentar nem ter frequentado cursinhos – fato que levou o autor a apontar, com muita justiça, que "a influência do cursinho surgiu como mais folclórica do que real"<sup>3</sup>

Heraldo Marelim Vianna registrou ainda um ponto nuclear: a de que cerca de 90% dos alunos, em final de 2º grau, pretendem ir para a Universidade, sendo que, mesmo "face a situações adversas (greves, suspensões de aula), tais alunos

2 VIANNA, H.M. Pesquisa sobre a 3ª série do 2º grau em Capitais Brasileiras. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 3, 1991.

3 VIANNA, H. M. *op. cit.*, p. 100.

concentram todos os seus esforços para se preparar para o vestibular", mostrando-se todos "altamente envolvidos no preparo para a Universidade"<sup>4</sup>.

A análise demonstra que, contrariamente ao que sustentam algumas conclusões do senso comum. "os colégios que cobravam mensalidades nem sempre apresentavam os melhores resultados", (à exceção daquelas poucas escolas particulares, consideradas "ilhas de excelência"), sendo que os estudantes das escolas públicas revelaram melhores desempenhos em provas que os oriundos da rede privada paga.

E conclui o pesquisador:

"O Vestibular é o grande condicionador das atividades dos alunos no final do 2º grau"<sup>5</sup>.

Assim, se é, pois, verdade:

- que o objetivo maior de 90% dos egressos de 2º grau é entrar na Universidade;
- que a maioria dos alunos não frequenta cursinho;
- que os estudantes oriundos de escolas públicas (excetuados os egressos daquelas "ilhas de excelência" particulares) apresentam melhores resultados em seus desempenhos durante provas;
- que esses estudantes de 3ª série concentram todos os seus esforços para se preparar para o vestibular;
- e que o vestibular é o grande condicionador de todas as atividades de alunos em final de 2º grau, temos que convir sobre a significativa influência exercida pelo vestibular sobre esse 2º grau, já que é o primeiro, em verdade, que condiciona as atividades do segundo. E não seria exagero afirmar que tal influência, ocorrendo por exigência dos estudantes, pode acarretar maior eficácia da escola – situação que se torna mais ou menos evidente, face à melhor performance apresentada pela maioria de jovens egressos da escola pública, nas provas referidas, no caso, de português e matemática.

Temos que convir também que, mesmo não sendo da forma mais desejável, e ainda que essas pequenas melhorias ocorram, antes por força da vontade social de um grupo, que por *moto próprio* do sistema educacional, temos que convir, dizia, sobre a necessidade de aceitar que *algo se move* na escola brasileira de 2º grau – *dinamicidade* que aponta para inexistência de qualquer processo de imobilismo nesse nível de ensino.

E mesmo que se concorde com a observação de que não há projeto educacional, de que não há verbas nem vontade política para melhorar o ensino,

4 VIANNA, H. M. *Id. Ib.*, p. 101.

5 VIANNA, H. M. *Id. Ib.*, p. 101.

verifica-se que uma outra verdade coexiste com a anterior, neutralizando-a de certo modo. É a verdade que reconhece a força da vontade social de um grupo e que acaba, pelo peso dessa própria demanda, obrigando a escola a mudanças efetivas; pequenas, mas efetivas, e que acabam trazendo efeitos positivos sobre o ensino.

Um outro aspecto a ser focalizado – e que se revela como grande fonte de preocupação – sobretudo entre técnicos e especialistas em avaliação e medidas – diz respeito à *presença da redação* nos vestibulares.

A prova de redação tem provocado muita polêmica – seja no que respeita ao peso que assume no âmbito geral do processo seletivo, seja no tocante à questão de poder *estar ocorrendo melhoria*, por alguns negadas, na produção escrita dos vestibulandos, após a introdução obrigatória dessa prova, a partir de 1978, somada às exigências que a acompanham.

Aqueles que não aceitam o fato de que o vestibular determina boa parte da direção, funcionamento e eficiência dos cursos de 2º grau, são os mesmos a não concordar que a produção escrita de candidatos à universidade possa ter melhorado face à presença e exigência de produção do texto escrito como uma das principais provas seletivas.

Resultando de tais posicionamentos, surgem outros que procuram diminuir a importância e papel da redação no vestibular, procurando desqualificá-la como prova, face a possíveis discrepâncias verificadas na correção das mesmas.

O reconhecido estatístico Sérgio Costa Ribeiro, que tão bem equaciona questões sérias do ensino, como as referentes ao vestibular enquanto possível processo de "exclusão de candidatos" ou ainda a das "vagas ociosas" em universidades, condena, no entanto, o que denomina "mitos da influência do vestibular sobre a práxis dos graus anteriores do ensino", observando que:

*"professores pouco familiarizados com a problemática do vestibular e ainda imbuídos por esses mitos da influência", agravariam, a seu ver, um quadro já adverso, na medida em que tais professores acabam apoiando "práticas como provas discursivas e redações que apenas provocam uma diminuição da fidedignidade e da abrangência curricular das provas" (grifos meus)*<sup>6</sup>.

Acredito que semelhante julgamento traz embutida uma distorção conceitual, na medida em que, por um lado, desconsidera a importância da produção escrita no bojo de um processo seletivo, e por outro, na proporção em que lança, sobre essa produção escrita, certas culpas, atribuindo a ela deficiências que em absoluto lhe são próprias.

---

6 COSTA RIBEIRO, S. "O Vestibular de 1988. Seleção ou Exclusão". *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 18, p. 98.

Ora, não se pode condenar um tipo de prova, no caso, a de *redação*, pelo fato de, com raras exceções, quase nunca haver equipes preparadas de corretores e que, além da formação específica na área, dominem com eficiência o conjunto de critérios que os organismos internacionais, ligados aos estudos de linguagem, aceitam e indicam como satisfatórios e seguros, quando da correção de textos escritos.

Discrepância nas avaliações, falta de fidedignidade não decorrem essencialmente da natureza de uma prova; resultam antes, não só do emprego rançoso de mesmas categorias de correção, de há muito condenadas pelos estudos de linguagem, mas também da falta de conhecimento e domínio, entre corretores, desses critérios mais abrangentes e mais seguros de que hoje se dispõe graças à evolução e progresso das pesquisas lingüísticas.

Assim as críticas à prova de redação, ao se verificarem discrepâncias ou falta de fidedignidade – críticas geralmente conduzidas por especialistas que não são da área de linguagem – tais críticas por vezes soam até como ingênuas na proporção em que sequer conseguem distinguir e classificar grupos de critérios. Apenas para ilustrar um pouco do que muitas vezes se observa, verifica-se freqüentemente, por exemplo, que alguns fenômenos pontuais, típicos da fala – são analisados equivocadamente nos textos, a partir de características próprias da escrita. Decorrendo daí interpretações equivocadas do tipo: "dificuldade para ordenar e expressar o pensamento", entre outras expressões discutíveis. Na verdade a questão é outra: presença de oralidade na escrita indica falta de domínio dessa última modalidade e não incapacidade para expressar o pensamento ou concatenar idéias.

Ora, se uma equipe corretora de redações não lança mão, entre outros recursos, dos processos de análise da pressuposição, da explicitação e implicação do verbal e não analisa, por exemplo, o sistema de enunciação, em suas relações com a *pragmática* (entenda-se aqui *pragmática* como dimensão constitutiva do verbal), se não trabalha também com o papel e função dos operadores verbais e se, sobretudo, não atenta para o processo dialógico de interlocução que preside um texto (escrito ou falado), qualquer comentário ou notas que então resultem desse exercício de correção serão sempre limitadores e impressionistas; não terão fidedignidade e se constituirão antes numa somatória de desacertos.

Textos escritos, produzidos ou não para processos seletivos, quando realizados a partir de uma proposta bem conduzida, que traga bem definidos objetivos pretendidos com a atividade, e quando submetidos a uma competente e bem treinada equipe de examinadores que, além de formação em língua materna, dominem, isso sim, um "set" preciso e comum de categorias de análise, calcadas em seguros critérios lingüísticos, tais textos certamente terão avaliação suficiente, eficiente, justa e coerente. E critérios seguros, com solidez teórica, existem, estão aí, disponíveis. É só conhecê-los, estudá-los, fazê-los familiares e aplicá-los com propriedade.

O que não se pode em absoluto aceitar é que, ante a dificuldade de julgamento, ante a dificuldade de análise de um determinado tipo de produção, no caso, de uma redação, se proceda à desqualificação, à desconsideração desse produto, ou lançamento sobre ele culpas que não são suas ou deslocando em sua direção, como se dele se originassem, os problemas que, na verdade, decorrem *antes e mais* do próprio desconhecimento intrínseco da natureza do produto a ser estudado – o que gera conseqüentemente desconhecimento também das formas de melhor julgá-lo.

E assim, a preocupação exacerbada com o aparato avaliatório que, pelas razões apontadas, resulta *inadequado mesmo*, tal preocupação acaba por se sobrepor ao próprio objeto a ser avaliado, fragilizando-o, face à tentativa de retirar sua importância.

Ainda que o exemplo não seja feliz – já que texto bem escrito é sinônimo de saúde cognitiva – penso que abolir a redação, pelo fato de não se conseguir corrigi-la de modo coeso e uniforme, seria um pouco como se alguns profissionais ou familiares tentassem afastar um doente, ignorar uma doença e buscassem descartá-la, ou descartar o doente, como se nada fosse importante, já que o grupo de médicos responsáveis não consegue, por exemplo, se colocar de acordo ou sobre o diagnóstico, ou sobre como tratar a moléstia ou ainda sobre que medicamentos prescrever, mesmo que a literatura internacional disponha de vasta informação sobre a doença, sobre a existência de medicamentos eficazes e sobre a maneira de ministrá-los com sucesso.

Falta de fidedignidade, discrepância de resultados ocorrem, certamente, também por causa da improvisação que se constata não só nas práticas avaliatórias mais comuns, mas também nas próprias propostas das provas que são apresentadas. Seja no caso de questões objetivas, seja no caso de redação e questões subjetivas (discursivas), é fundamental que existam condições teóricas e técnicas satisfatórias para que esses instrumentos possam medir e selecionar bem.

Uma questão objetiva, de múltipla escolha, ainda que não leve, por exemplo, a melhorar o desempenho escrito de um indivíduo, pode, se bem proposta, se bem formulada, medir o grau desse desempenho. É mesmo que, na prática, tal tipo de questão nunca ofereça problemas imediatos de correção, caso a questão seja mal formulada, caso seja improvisada, trará também flutuação e discrepância ao julgamento. Portanto, só aparentemente questões objetivas surgem como sempre as mais aptas a selecionar, porque também sempre mais fáceis de corrigir.

Retomando o fio da discussão, pensando nas redações de vestibulandos e considerando a hipótese de ter havido melhoria nos textos produzidos, após a introdução obrigatória de tal prova, tentarei descrever rapidamente duas pesquisas: a primeira que realizei entre 1978-1980, analisando 1.500 redações da FUVEST (5% dos que chegaram à 2ª fase) – dois anos após a introdução obrigatória de redação e a segunda, ainda em desenvolvimento, a que

denominei: "FUVEST, 12 anos depois" e na qual venho trabalhando sobre 1.200 redações da FUVEST-89, tendo esta segunda amostra obedecido os mesmos parâmetros da obtida em 1978.

Deixando de lado (circunstancialmente, apenas) as más formações gramaticais, tais que: acentuação, ortografia, concordância, regência, alguns casos de pontuação, *detive-me*, como presentemente continuo a *me deter*, sobre a análise de estrutura lingüística e discursiva e sobre as instâncias em que se instauram os processos de interlocução e enunciação próprios do texto em modalidade escrita ou falada.

Tal análise se efetiva, em um primeiro tempo, pelo levantamento pontual de ocorrências verbais ou claramente marcadas (ou ausentes) na (da) superfície lingüística da frase, da interfrase e do texto em sua articulação total.

Obedecendo a um rigoroso conjunto de critérios lingüísticos, ratificados por 5 juízes, em momento algum precisei lançar mão de recursos *impressionistas* (não que os descarte de todo) e que se evidenciam por rótulos pouco precisos como: "impróprio", "incorreto", "mal formulado", "pouco claro", "incompleto", – os quais dificilmente podem ser traduzidos em quantificações e avaliações uniformes e consoantes.

Os critérios utilizados nas duas pesquisas permitiram e vêm permitindo medir, quantificar e avaliar, com precisão, determinados grupos de ocorrências verbais e textuais.

Evidentemente para os processos de *interlocução* e enunciação são diferentes as formas de análise. O aparato teórico é bem mais complexo e não caberia vir aqui descrito.

Ocorrências verbais verificadas nas superfícies lingüística e discursiva foram levantadas e catalogadas. Trabalhou-se fundamentalmente com as questões de coesão e coerência textuais (presença ou falta) e que se tornam evidentes por nítidas marcas lexicais (ou pela necessidade delas). Várias categorias foram consideradas, como, por exemplo, a questão da referência, em toda as suas formas de atualização; o problema da circularidade – pela repetição problemática de mesmos índices lexicais e que leva à ruptura da progressão discursiva, entre outros pontos.

Foram analisados também os graus de correspondência (presentes ou ausentes) entre o tema proposto e o texto criado, já que, inadvertidamente, corretores, às vezes, atribuem avaliações discrepantes a um mesmo texto, pelo fato de alguns se orientarem exclusivamente pela *organização gramatical e sintática* de uma redação – que pode até estar perfeita – e que, embora não trate do tema proposto, acaba obtendo pontuação elevada, apesar de se configurar como reprodução decorada de um texto qualquer, visto até mesmo como um produto perfeito, segundo aqueles critérios, mas que, em verdade, não passa de simples resposta mecânica, não se constituindo como produto escrito, pessoal e intransferível.

Contemplando também o item relativo a aspectos estilísticos, levantei, por um lado, a ocorrência de frases feitas e clichês que foram analisados e quantificados e, por outro, detive-me sobre as ocorrências de linguagem criativa, verificadas na frase, na interfrase e no texto como um todo.

Uma outra categoria introduzida – a de *redação sem problemas* – foi também estudada e examinada. Trata-se daqueles textos que não apresentam qualquer dos defeitos referidos, mas que não necessariamente vêm marcados por linguagem criativa por exemplo. Após fichamento e análise de ocorrências, procedeu-se a uma descrição de freqüências das mesmas e a um posterior cruzamento dessas freqüências com características diversas dos candidatos (escolares, sociais, familiares, pessoais).

Apenas para exemplificar, reproduzo a seguir "flashes" de alguns percentuais absolutos obtidos pela distribuição das freqüências simples e que foram encontrados na pesquisa de 78-80. Reproduzo, também, para comparação, dados, ainda *em estimativa*, relativos à segunda pesquisa de 89-92, ora em desenvolvimento.

Observo que os procedimentos utilizados para analisar a amostra atual (doze anos após a primeira) foram praticamente os mesmos. É evidente, no entanto, que durante uma década acumulam-se descobertas e progressos científicos, que vão sendo incorporados pela pesquisa, alargando alguns dos critérios anteriores ou acrescentando novas categorias de análise, mas que não trouxeram qualquer contraposição ao que já fora anteriormente utilizado.

Todas as ocorrências analisadas vem ilustradas por meio de exemplos<sup>7</sup>. O segundo estudo, ainda inédito, segue, em seu desenvolvimento, os mesmos critérios e passos determinados para o primeiro.

Por esse quadro de percentuais, fácil é observar uma evidente e nítida melhoria no desempenho escrito de vestibulandos da FUVEST, em dois momentos diferentes. Observe-se, inclusive, na segunda pesquisa, o aumento percentual verificado no tópico VI, relativo à ocorrência de *textos sem problemas*.

Reafirmo que as análises feitas inscrevem-se dentro dos mais rigorosos procedimentos e critérios das ciências da linguagem e reitero que tais critérios foram tidos como consensuais pelos cinco juízes a que foram submetidos. Evidencia-se, aí, portanto, inegavelmente *evolução e crescimento do domínio verbal e escrito* dos vestibulandos da FUVEST, nesse espaço de 12 anos.

Quanto à ocorrência de alguma flutuação no tratamento dos textos, conclui-se, com o auxílio dos juízes, que os índices eram muito baixos e não significativos.

---

7 Os resultados dessa primeira pesquisa estão publicados no livro: ROCCO, M.T.F. *Crise na Linguagem: A Redação no Vestibular*. São Paulo, Mestre Jou, 1980. 260p. Esgotado, aguardando reedição.

## ALGUNS DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS DUAS PESQUISAS

1978 – 1980 Percentuais Verificados		1989 – 1992 Percentuais Estimados	
<b>I. Ausência de Coesão</b>	<b>Ocorre nos textos:</b>	<b>I. Ausência de Coesão</b>	<b>Ocorre nos textos:</b>
* por uso indevido de <i>conectivo</i>	35%	* por uso indevido de <i>conectivo</i>	10%
* por <i>contradição</i> entre índices lexicais	17%	* por <i>contradição</i> entre índices lexicais	5
* por relações <i>semânticas impróprias</i> entre segmentos	51%	* por relações <i>semânticas impróprias</i> entre segmentos	15%
* por relações <i>semânticas discordantes</i> entre segmentos	28%	* por relações <i>semânticas discordantes</i> entre segmentos	5%
<b>II. Circularidade, acarretando quebra/diminuição da Progressão Discursiva</b>	15,2%	<b>II. Circularidade, acarretando quebra/diminuição da Progressão Discursiva</b>	prox. 3%
<b>III. Clichês e Frases Feitas</b>	Máximos de 09 ocorrências por texto: 69%	<b>III. Clichês e Frases Feitas</b>	Máximos de 09 ocorrências por texto: 40%
<b>IV. Presença de Linguagem Criativa na Frase e Interfrase:</b>	2,7%	<b>IV. Presença de Linguagem Criativa na Frase e Interfrase:</b>	1,0%
<b>V. Correspondência tema proposto/texto criado</b>		<b>V. Correspondência tema proposto/texto criado</b>	
* Falta total de Correspondência	14,6%	* Falta total de Correspondência	prox. 5%
* Falta parcial de Correspondência	36,9%	* Falta parcial de Correspondência	prox. 20%
	51,5%		25%
<b>VI. Textos sem os problemas anteriores</b>	10,7%	<b>VI. Textos sem os problemas anteriores</b>	Entre 35% e 40%

Se é evidente um maior domínio da escrita e do texto – mesmo que não se tenha atingido o patamar desejável de produção – e se a maioria concorda com o fato de que quase nada foi realizado política e economicamente pela melhoria da escola, como então explicar essa sensível mudança, se não pela obrigatoriedade da redação nos vestibulares, aliada à consciência dos jovens sobre a necessidade de dominar o texto escrito? *Exigir* redação no vestibular gera uma outra *exigência* – por parte dos próprios alunos que pressionam as escolas e seus professores, no que diz respeito à produção escolar de textos.

Se a escrita ensinada formalmente, em seus vários níveis, é incipiente e, no mais das vezes, mal orientada, mesmo assim, origina-se a partir do desejo e determinação dos estudantes, que pretendem entrar na Universidade, um positivo *contraponto*, capaz de dinamizar a ação escolar nessa área, e que se reflete favoravelmente sobre a própria atuação dos professores e da escola.

Assim se explica, acredito, em grande parte, a evolução verificada. E não é demais repetir aqui a observação de Heraldo Marelim Vianna, de que: "O vestibular acaba sendo o grande condicionador das atividades da escola e dos alunos no final do 2º grau"<sup>8</sup>, evidência que nos leva a crer, e com mais firmeza, na influência desse exame sobre o ensino e, no caso, sobre o avanço constatado no desempenho escrito de estudantes, que tentam ingressar no curso superior.

Essas observações decorrem de estudos pessoais, realizados, como já registrei, em dois diferentes momentos, existindo, entre uma pesquisa e outra, espaço de 12 anos – tempo suficiente, a meu ver, para que se evidenciem metamorfoses.

Ora, se a melhoria referida vem ocorrendo, não há por que se questionar a presença da prova de redação em vestibulares! E não se trata de uma opinião exclusiva, puramente individual.

Estudiosos de diferentes regiões do país vêm se dedicando a analisar vestibulares, não só destacando a influência que exercem sobre os graus anteriores de ensino, mas também discutindo as controvérsias tecidas em torno da pertinência e papel da prova de redação.

Procurarei me deter sobre aspectos conclusivos de alguns estudos e que focalizam essas interfaces que vimos discutindo, quais sejam: vestibular e processo seletivo; vestibular e influências sobre graus anteriores; obrigatoriedade da prova de redação e seus efeitos.

Da Universidade Federal do Estado da Paraíba, nos chega o trabalho das pesquisadoras Linauda de Arruda Mello e Vanilda Lima Vidal de Lacerda que estudaram as repercussões positivas causadas sobre o 2º grau.

Em sua parte final, o trabalho apresenta as seguintes conclusões e recomendações:

---

8 VIANNA, H. M., *op. cit.*, p. 101.

*"Em relação a vestibulares anteriores, as redações apresentaram uma melhoria no desempenho dos candidatos, num testemunho de que tem havido mais exercício de língua escrita nas escolas de segundo grau".*

E acrescentam as autoras que, assim sendo:

*" – Deve o vestibular manter a redação;*

*– Deve a redação ter caráter eliminatório;*

*– Tem a redação possibilidade de revelar como anda o ensino de modo geral, oferecendo ainda matéria para outras diversas áreas de estudo<sup>9</sup>.*

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma outra pesquisa, de grande abrangência, foi realizada por Jussara Maria Lerch Hoffman<sup>10</sup>. Trata-se de trabalho elaboradíssimo, cujo conhecimento deve ser obrigatório por parte dos que se interessam pela temática.

Analisando com extrema pertinência a natureza e usos dos métodos de avaliação, bem como o papel e função do texto escrito, a autora chega a consideração da maior relevância, como ao afirmar:

*"Que existe uma preocupação crescente com o ensino da redação no mundo inteiro, já que se considera insatisfatório o desempenho dos alunos nesse setor" (grifos meus).*

e ainda:

*"que a inclusão da redação nos vestibulares, a partir de 78, procurava exercer uma pressão positiva no ensino de 2º grau, já que esse nível de ensino visava, como visa ainda, a preparação dos estudantes para a Universidade"<sup>11</sup>.*

No tocante à pertinência da redação no vestibular, acrescenta a pesquisadora "que a prova se justifica":

"a) seja porque a literatura especializada nacional e internacional e os professores de português são unânimes em afirmar que *o desenvolvimento da escrita só pode ser medido diretamente, isto é, através de textos produzidos pelos alunos e não, indiretamente, por testes objetivos*", (grifos meus).

"b) seja porque a redação é considerada como produção altamente significativa em qualquer setor da atividade humana, *devendo ser portanto desenvolvida no 1º e 2º graus e medida em prova de seleção para o ensino superior*"<sup>12</sup> (grifos meus).

9 MELLO, L. de A. e LACERDA, V.L.V. Pesquisa sobre redação no vestibular, *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 6, 1982, p. 40-41.

10 HOFFMAN, J.M.L. "A Controvérsia da Redação no Vestibular: questão de pertinência da prova ou de fidedignidade da medida?" *Educação e Seleção*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 17, 1988, p. 115 a 127.

11 HOFFMAN, J.M.L., op. cit., p. 115.

Jussara M.L. Hoffman prossegue em suas reflexões, ressaltando que o problema da subjetividade e da flutuação de julgamento levou, com certa razão, a que se questionasse a inclusão da prova nos vestibulares, notando, porém, que tal indagação surge em razão de os critérios de correção, geralmente utilizados pelas grandes fundações do país, se caracterizarem mais como *impressionistas*.

Face, pois, a tais constatações, a autora se propõe construir (e o faz competentemente) uma *escala de correção*, aglutinando os dois métodos aceitos pela literatura internacional: o *método impressionista* – "que visa classificar a qualidade global da redação a partir de critérios gerais e o *método analítico* – que busca avaliar os diversos componentes da redação"<sup>13</sup>.

A pesquisadora, após descrever pormenorizadamente os procedimentos necessários para se trabalhar com essa nova forma avaliatória, conclui que:

"A aglutinação dos métodos impressionista e analítico numa única escala de correção realmente parece favorecer uma fidedignidade maior interavaliadores do que qualquer dos dois métodos utilizados em separado".

acrescentando ainda que, a partir dessa proposta por ela desenvolvida, verificou:

"ser perfeitamente possível aperfeiçoar o processo de redação de modo a tornar essa prova muito mais fidedigna"<sup>14</sup>.

Aloylson Pinto<sup>15</sup>, da Universidade de Brasília, estudando o processo de seleção vigente nessa instituição, faz uma "contraproposta", de alto impacto, ao que usualmente se costuma solicitar em vestibulares. Acredita o pesquisador que deva ser enxugado o amplo espectro de conhecimento exigido nos processos seletivos, e que sejam propostas sempre o que denomina questões "inteligentes", aquelas que "demandam processamento operatório para resolver-se", mas que provocam "insucesso estatisticamente generalizado", razão pela qual acabam sendo evitadas.

Propõe Aloylson Pinto que os vestibulares se façam fundamentalmente por meio de provas *discursivas* e *operativas* de língua portuguesa, redação e matemática pois, a seu ver, "quem dominar essas disciplinas estará apto às atividades acadêmicas".

Ainda que não concorde com o pesquisador quanto a estreitar o espectro dos conteúdos, creio importante registrar aqui essas suas idéias.

12 HOFFMAN, J.M.L., *id. ib.*, p. 115.

13 HOFFMAN, J.M.L., *id. ib.*, p. 117.

14 HOFFMAN, J.M.L., *id. ib.*, p. 119.

15 PINTO, A. "O Vestibular da UnB: uma contraproposta à COPEVE". *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 18, 1988, pp. 119 a 127.

Ainda do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Santa Maria, nos chega o trabalho de Adalberto C. Meller<sup>16</sup>.

Analisando estratégias propostas para a Comissão Permanente de Vestibular da UFSM, o autor se reporta às medidas adotadas pela instituição. Atribuindo às questões objetivas o valor e papel que verdadeiramente têm, A. Meller chama a atenção do leitor para a importância de se manterem as questões analítico-expositivas e a redação nos vestibulares, já que a seu ver:

"A produção de um texto (escrito) implica capacidade de interpretação de análise, de crítica, de reflexão... É dito que alunos que produzem bons textos conseguem, com eficiência, percorrer os caminhos inerentes às outras disciplinas"<sup>17</sup>.

Claudio Moura e Castro, de quem emprestamos os trechos que abrem o presente trabalho, deixa bem nítida a relação de supremacia e de influência do vestibular sobre o 2º grau, enfatizando pontualmente, mais de uma vez, tal influência, em particular a verificada no caso da redação.

Afirma Moura e Castro:

"O Vestibular não é apenas uma prova, é também um símbolo de sinalização para alunos e escolas, é um paradigma do que deve ser ensinado. Não podemos ignorar essas funções"<sup>18</sup>.

E arremata com o seguinte:

"Observou-se no passado que a prática de redação nas escolas vinha diminuindo como resultado de não se exigir essa prova no exame vestibular. Decidiu-se então introduzir a redação. Ao que indica a evidência casual, as escolas hoje treinam o aluno em redação"<sup>19</sup>.

Acredito que as referências aqui feitas, bem como as transcrições realizadas, de alguns momentos de trabalhos produzidos por diferentes estudiosos brasileiros, concorram para ampliar *as concordâncias* sobre a questão do vestibular e da prova de redação e diminuir *as controvérsias* que ainda existem.

Gostaria, agora, de fechar essa série de depoimentos, reproduzindo trechos de já antológico artigo de *Carlos Vogt*, no qual o reitor da Unicamp, e autoridade

16 MELLER, A.C. "O Vestibular sob ótica Metodológica". *Educação e Seleção*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n° 18, 1988, pp. 111 a 118.

17 MELLER, A.C. *op.cit.*, p. 114.

18 MOURA e CASTRO, C. "Sua Excelência, o Vestibular". *op. cit.*, p. 16

19 MOURA e CASTRO, C. *Id. ibidem*, p. 7.

de renome internacional em estudos de linguagem, expõe suas concepções relativas ao papel e influência da redação e das questões discursivas que integram vestibulares.

Face a pesquisa sobre o tema, algumas já realizadas e outras em desenvolvimento, naquela universidade, Carlos Vogt afirma que tem sido possível verificar, a partir de textos produzidos por vestibulandos:

"um avanço na capacidade intelectual dos candidatos que passaram a ler mais e a melhor exercitar suas prerrogativas de indivíduos pensantes, aptos a ir além da escolha de uma entre quatro ou cinco alternativas"<sup>20</sup>

Ainda segundo Vogt, a presença da redação e de questões discursivas em vestibulares tem também como proposta:

"Exercer uma ação retroativa e didática sobre o segundo grau, visando, inclusive, a recuperar uma literatura escolar mais próxima do raciocínio lógico-argumentativo"<sup>21</sup>

Semelhantes argumentos constituem-se, a meu ver, em uma razão nuclear a impedir que se desqualifiquem o papel e função de certas provas em concursos vestibulares ou de outra natureza.

Embora alguns poucos não aceitem, a verdade é que o vestibular tornou-se o ponto essencial de referência para a escola de 2º grau e para o aluno. Não há por que ignorar a evidência.

Se uma tal situação se configura como desvirtuamento dos objetivos primeiros do exame vestibular, o fato escapa aos próprios limites desse processo seletivo e foge à esfera de atuação das autoridades educacionais – acabando por se erigir em fenômeno de natureza social mais ampla.

Um ponto, porém, se mostra com grande relevância: seja desvirtuando objetivos, seja torcendo algumas funções primordiais, a verdade é que o vestibular *vem mesmo* influenciando, e *positivamente*, a escola de 2º grau.

Se a melhoria se dá por linhas tortas, já que as instituições competentes não se encarregam de abrir trilhas mais diretas, só nos cabe aproveitar e ampliar os benefícios decorrentes.

Pensando no caso específico da USP, no caso da FUVEST, e em especial no que se refere à prova de redação, observa-se, com exceções, a predominância de uma vertente mais preocupada com o resultado e sucesso do processo seletivo. Em virtude de tal posicionamento, costuma-se alegar, por exemplo, que se dispense um enorme esforço, além de se ter um alto custo financeiro

20 VOGT, C. Artigo publicado em *Folha de São Paulo*, 11/08/92, p. 3.

21 VOGT, C. *op. cit.*, p. 3.

que se dispende um enorme esforço, além de se ter um alto custo financeiro para efetuar a correção das questões discursivas e das redações na 2ª fase. Argumenta-se também que, após todo esse esforço e gastos, ainda acabam por ocorrer distorções perversas no resultado.

Sem dúvida alguma, a competência, a excelência de um processo seletivo são fundamentais. Selecionar é objetivo primeiro – mas não único.

E mesmo focalizando como básica tal finalidade primeira, nada impede que sejam contempladas as outras muitas interfaces também constitutivas de um vestibular.

Assim, se formos pensar na relação custo-benefício, veremos, no caso da FUVEST, por exemplo, que o gasto de tempo, o custo financeiro e a morosidade na proclamação de resultados tornam-se fatores quase insignificantes, ante o que representa socialmente a melhoria verificada no caso do desempenho escrito de dezenas de milhares de jovens. Basta apenas deslocar a ótica sob a qual se focalizam as relações que então se estabelecem, procurando atentar para a natureza agora mais alargada de semelhante processo seletivo.

Quanto ao fato de, ante a exigência de redação, poderem surgir flutuações e discrepâncias no julgamento, é importante conduzir duas ordens de reflexão.

Inicialmente, é preciso considerar que, no caso da Universidade de São Paulo, são preenchidas praticamente todas as vagas – o que elimina, por conseguinte, a questão perversa da ociosidade. Quanto a um possível efeito prejudicial causado pela prova de redação e seu caráter eliminatório, deve-se registrar um fato: no último vestibular da FUVEST houve aproximadamente 4.500 zeros na prova de redação, sendo que a quase totalidade de tais zeros se deveu à ausência dos candidatos na referida prova. Menos, portanto, de 10% de redações desse grupo (cerca de umas trezentas) é que tiveram efetivamente zero ou por estarem as folhas em branco, ou pelo fato de os candidatos terem fugido completamente da proposta. Mesmo assim, as redações com nota zero foram reexaminadas e comparada a nota dessa prova com as conseguidas nas demais, – iniciativa que afasta qualquer possibilidade de eventual distorção nos resultados da redação.

Em segundo lugar, se a grande queixa, se a preocupação maior liga-se a eventuais discrepâncias verificadas entre critérios de julgamento utilizados e respectivos valores atribuídos a um mesmo texto, por seus examinadores, uma explicação bastante simples surge para o caso. Ou seja: não há como obter consenso e uniformidade no julgamento de textos escritos se não se formar uma *equipe permanente*, especialmente treinada, cuidadosamente preparada para realizar com rigor tal atividade.

A saber: não basta que o examinador tenha, no caso da redação, formação em letras; não basta que o examinador seja considerado ótimo e experiente professor de português. Não. É preciso que os corretores recebam *preparo específico* para saber enxergar e destacar nos textos aquilo que é necessário ser visto e avaliado, atividade que exige conhecimento de análise lingüística e

discursiva, de forma a impedir que os examinadores, convocados "ad hoc", e por um *curto período de tempo*, persistam naquele tipo de correção puramente impressionista que só pode mesmo levar a discrepância e a flutuações.

Não é justo, porém, que a responsabilidade por tais imprecisões seja atribuída só a quem corrige. É fundamental que os formuladores da prova de redação, de questões discursivas ou não tenham muito claro em suas mentes o que pretendem com esta ou aquela proposta encaminhada ou questão formulada – qual o alcance e limite das proposições feitas.

Analisando, de modo geral, temas de redação, fácil é verificar quando a imprecisão subjaz aos próprios enunciados. Em outros momentos, já é possível encontrar propostas bem conduzidas, clara e objetivamente concebidas, dando mostras de que o examinador sabe exatamente o que pretende com a solicitação.

Ao nos depararmos com temas que se encaixam no primeiro tipo, os vemos, de pronto, como convites à divagação, à produção de textos-clichês, à reprodução automática de idéias pré-fabricadas. É fundamental eliminar tal problema.

Sem dúvida, é preciso manter a prova de redação e seu caráter eliminatório sem que ela, contudo, venha a exercer efeito perverso sobre o processo de seleção.

Os fenômenos de linguagem são científicos, observáveis, analisáveis e se mostram quase tão passíveis de mensuração e quantificação quanto aqueles mais próprios às ciências ditas exatas. Basta, para tanto, dispor de conhecimento teórico, de instrumental adequado e de algum exercício, para que ocorrências inerentes ao verbal sejam analisadas e avaliadas com o mesmo rigor exigido pela análise de fenômenos de outra natureza, respeitadas as especificidades de cada disciplina.

Um vestibular com redação e que contribua para melhor desempenho na escrita é também um vestibular que irá ajudar o indivíduo, que por ele passar, a ter domínio de operações cognitivas cada vez mais complexas.

E se tal possibilidade e alcance existem, não podem ser ignorados e muito menos descartados pela universidade.

